

DETERIORAÇÃO DO INVESTIMENTO NO BRASIL

Gilmar Mendes Lourenço

É indiscutível a natureza vagarosa da recuperação da economia brasileira, em descompasso com o clima de negócios, vigoroso e prolongado, predominante em escala global. Enquanto no lapso 2000-2009, o produto interno bruto (PIB) per capita do País cresceu 2,1% ao ano, contra 2,4% a.a. da média global, 1,1% a.a. dos estados avançados e 4,4% a.a. dos emergentes, entre 2010 e 2017, o incremento foi de apenas 0,4% a.a., versus 2,5% a.a. no mundo, 1,4% a.a. nos ricos, e 3,8% a.a. nos em desenvolvimento. Especificamente em 2017, o aumento dessa grandeza macroeconômica foi de 0,2% no Brasil, 2,4% no mundo, 1,9% nas economias centrais e 3,3% nos emergentes.

A apatia recente repousa em uma árvore de múltiplas raízes, cujo tronco hospeda a exacerbação da desconfiança dos agentes, sobretudo diante das incertezas eleitorais, reforçadas pela sinalização obscura das mais importantes candidaturas à presidência da república quanto aos compromissos com as reformas institucionais, indispensáveis ao fortalecimento da estabilidade macroeconômica e à restauração do potencial de expansão de longo prazo.

Mesmo reconhecendo a relevância dos embaraços ocasionados pelas barreiras políticas, parece adequada a argumentação de que a reativação das transações em ritmo consideravelmente aquém daquele desejado pela sociedade, e necessário para a definitiva superação da recessão, pode ser imputada ao aniquilamento do investimento, variável chave para a dimensão do produto potencial, que chegou a 15,6% do PIB, em 2017, a menor proporção da história.

Começando pelo comportamento das inversões governamentais, o valor deflacionado das obras federais atingiu, em 2017, menos da metade das cifras desembolsadas para obras, em 2014, representando queda de mais de R\$ 80,0 bilhões, o que equivale a quase o dobro do montante liberado para saques das contas inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 2017, usado prioritariamente para a quitação de dívidas e aquisição de bens essenciais pelas famílias.

A queda do investimento público federal se reproduziu em praticamente todos os estados brasileiros, muitos deles em situação falimentar.

Tal situação, que se reproduziu em praticamente todos os estados, muitos deles em situação falimentar, é resultado, fundamentalmente, da descoberta e, por consequência, paralisação (?), dos assaltos aos orçamentos públicos e ao caixa das companhias estatais, patrocinados por uma aliança estratégica celebrada entre executivo, parte do legislativo e algumas poucas grandes empreiteiras, tratadas como “amigas do rei”.

Isso veio a colapsar a construção civil, segmento com maior grau de absorção de mão de obra não qualificada, já suficientemente abalado pelo superdimensionamento da demanda por imóveis, verificado nos tempos de bonança, e que gerou apenas 21,2 mil postos de trabalho com carteira assinada no entre janeiro e março de 2018, contra fechamento líquido de 882,5 mil

vagas no triênio 2015-2017.

A vertente compensatória à contração do investimento direto do governo, representada pela ampliação e modernização da capacidade produtiva das plantas privadas, esbarra nas ainda elevadas margens de ociosidade acumuladas durante o período depressivo, nas dúvidas acerca do curso da política econômica em 2019 e na insuficiência de absorção doméstica, imputada à degradação fiscal do Estado, e à lenta e precária reação do mercado de ocupações, amparada na informalidade, e aos temores de perda de emprego, por parte da população trabalhadora.

Apenas a título de exemplo, em paralelo ao acréscimo de 0,9% na quantidade produzida, totalizando 12 mil unidades, as vendas de máquinas agrícolas e rodoviárias recuaram -9,6% no primeiro trimestre de 2018, em comparação com janeiro-março de 2017, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

Os resultados ruins foram determinados pela diminuição de -19,1% da comercialização no mercado doméstico, que regrediu de 9,3 mil para 7,5 mil unidades, pois as exportações subiram 31,7% no intervalo em tela, perfazendo 2,9 mil unidades, e contribuíram com 27,9% das vendas totais, contra 17,1%, nos primeiros três meses de 2017.